

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 17 DE ABRIL DE 2015

NÚMERO 6.813

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 006ª Sessão Ordinária realizada em 18/02/2015..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência 13 Ato da Presidência DL..... 13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 13 Aviso de Resultado 14 Decreto Legislativo..... 14 Extrato..... 14 Ofícios..... 14 Projetos de Lei 16</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados. Normalmente venho à tribuna para comunicar festas, grandes acontecimentos, mas hoje estou aqui, numa missão que me toca profundamente, quero comunicar o falecimento no dia 13, do dr. Oscar Leitão Filho.

O dr. Oscar Leitão ou dr. Leitão, como ele era conhecido em Blumenau, morreu aos 87 anos de idade. Ele, com certeza, estava inscrito no Conselho Regional de Medicina, talvez com número cento e pouco ou alguma coisa assim. Era um devotado amante da pediatria, era o meu pediatra, isso que mais me tocou desde o momento em que meu irmão me ligou dizendo do falecimento dessa grande figura. O jeito que ele exercia a medicina é o jeito que a gente pede, pelo amor de Deus, para os médicos de hoje serem, ou seja, mais humanos, humanizada ao máximo possível sem distinção de classe

social, jamais, até o final praticamente da vida dele.

Então, é um exemplo grande de figura humana, de envolvimento social, ajudava inúmeras entidades e criou, praticamente até o fim da existência dele, batalhando pelo Hospital Santo Antônio, que é o hospital, vamos dizer assim, referência do SUS lá em Blumenau, minha terra natal. Eu faço questão de vir aqui, nesta tribuna, e dizer isso porque não é sempre que a gente ouve falar bem de médico e tal, às vezes, são muitas críticas infundadas, mas tenho a dizer a vocês que o melhor amigo do meu pai, João Caropreso, engenheiro lá de Blumenau, nos deixou, e se podemos descrever o dr. Leitão em uma palavra eu diria: bondade. Então, precisamos muito mais de exemplos como esse para fazer com que a nossa medicina e até o relacionamento humano seja mais eficiente.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. deputado dr. Vicente Caropreso, resumidamente v.exa. colocou muito bem

quem era dr. Oscar Leitão, como a característica dele de atuar e, realmente, ele era um exemplo muito bem feito da relação médico-paciente e é importante reiterarmos isso no momento em que se vê muitas críticas. E há realmente alguma procedência de algumas críticas até por relação, hoje, mais mercantil do que aquela mais antiga.

Mas o dr. Oscar Leitão realmente merece essa sua homenagem, esse registro e, realmente, foi uma perda. Pena que as pessoas, o tempo passa tão rápido e essas figuras se vão. Além de pessoa e médico desse quilate, pessoa também do nosso conhecimento, amigo, tio de uma colega nossa, assim, quero aqui endossar suas palavras pela qualidade da figura humana que foi dr. Oscar Leitão.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Dalmo Claro.

Então, são essas as considerações. Eu poderia ficar aqui o dia inteiro falando de tanta coisa boa que ele irradiou para a medicina, para as pessoas em geral, para o Hospital Santo Antônio, em todas as situações em que o Oscar Leitão Filho se envolveu o fez para o bem. São esses os exemplos que temos que seguir, lembrar e, acima de tudo, reforçar, para que as pessoas que estão vindo agora, principalmente os médicos recém-formados, tenham esse espírito de envolvimento comunitário e esse traço de bondade que sempre o meu amigo, uma pessoa inesquecível, a figura humana Oscar Leitão Filho representou e representará.

Agradeço e parabeno o prefeito Napoleão Bernardes por ter decretado luto oficial por três dias para a cidade justamente para ficar estampada toda a gratidão do município que, certamente, haverá de fazer alguma homenagem especial para essa figura tão importante como foi o meu amigo dr. Leitão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Vicente Caropreso.

O próximo orador inscrito é o deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa-tarde, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, cumprimentando o presidente cumprimento também os demais integrantes deste Parlamento Catarinense, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital, enfim, todos aqui presentes.

O deputado Dr. Vicente Caropreso fez um registro, neste momento, neste Parlamento, do enlutamento da cidade de Blumenau em relação a uma referência médica naquela cidade. Eu também aproveito o ensejo e faço outra manifestação de pesar a outro ídolo esportivo catarinense, mas principalmente da região carbonífera, da cidade de Criciúma, o goleiro Alexandre Pandóssio,

que faleceu, ontem, vítima de um ataque cardíaco jogando futevôlei, seu esporte predileto no atual momento no Balneário Rincão.

Alexandre Pandóssio, que chegou aos 26 anos de idade aqui em Santa Catarina, era paulista, casado com Raquel, pai do Rafael e da Alessandra, campeão catarinense nos anos de 1990/1991/1992, mas teve um título muito importante que é comemorado por todos nós criciúmens, assim como eu, que foi o Título da Copa Brasil de 1991, onde ele foi um goleiro ídolo junto com o Vanderlei, o Itá e tantos outros jogadores importantes daquela época, deputado Antônio Aguiar.

Então, faço esse registro dessa morte prematura de um grande ídolo catarinense, mas principalmente de Criciúma. Ele teve também a sua incursão pela política em virtude do grande reconhecimento e foi candidato a vereador pelo PP, mas não obteve êxito. De 2007 a 2012 ele foi treinador de alguns clubes de menor proporção, mas, infelizmente, a vida nos prega essas fatalidades e isso veio a ocorrer.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo, nobre deputado, pela sua ação, principalmente em favor do esporte, valorizando alguém que deixou algo de bom para Santa Catarina, especialmente para Criciúma, uma vez que Alexandre foi campeão da Copa do Brasil e v.exa. com sabedoria traz esse tema importante aos catarinenses nesse dia de hoje.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, líder da nossa bancada.

Gostaria de fazer um relato preocupante. No Balneário Rincão um município recém-criado, onde no Carnaval havia mais de 100 mil pessoas, não tinha uma ambulância do Samu. Foi feito na beira da praia um socorro via Corpo de Bombeiros, que foi muito atencioso, e no trajeto até o Hospital São José, na SC-445, o homem veio a sofrer mais uma parada cardíaca e veio a falecer às 14h30, sendo que neste momento está sendo velado no crematório de Içara.

Então, gostaria de deixar um abraço muito forte dos sinceros reconhecimentos de toda a nação catarinense, mas principalmente a nação tricolor por esse ídolo do esporte.

Mas vou também, ao relatar isso, fazer uma inversão de polos. Agora, gostaria de fazer uma alusão ao mais importante, que é a nomeação do lagunense de David Souza para presidir o terminal pesqueiro de Laguna, da Companhia Docas de São Paulo. Esse terminal pesqueiro de Laguna é um dos maiores do país, representa 200 toneladas\dia de produção e faz parte de 40% da economia do município de Laguna. É um porto superimportante. A pesca, apesar de ter alguns empecilhos que

estão sofrendo neste momento, como a proibição de rede de anilha, que é feita, na verdade, nas pescas de cardume de tainha, que são cardumes que vão à superfície, está proibida, mas há uma forte atenção dos políticos nesse sentido. E também há uma restrição a mais de 98 tipos de espécies para pescar, como robalo e outros peixes.

Mas o terminal pesqueiro de Laguna é um dos mais importantes, representa a economia muito forte de Laguna e o David Souza, que é um líder político e administrativo, com certeza, fará uma administração vitoriosa e poderá contar com esse Parlamento Catarinense para a projeção, não apenas do terminal pesqueiro de Laguna, mas também da universidade da Udesc, de um curso gratuito, ministrado naquela cidade, que prospecte, não apenas o turismo, mas também fortemente a indústria pesqueira e seus derivados.

Mas gostaria de fazer um relato muito importante a respeito da rescisão, da falta de contrato da manutenção do aeroporto Diomício Freitas, sediado no município de Forquilha, que é o único aeroporto operando no sul de Santa Catarina, de Passo de Torres até Florianópolis. Nós, do sul de Santa Catarina, temos como escopo para transportar pessoas e produtos esse único terminal aeroportuário, que é o referido aeroporto administrado pela Infraero. E há uma grande perspectiva, por parte da população do sul catarinense, de o Aeroporto Humberto Bertoluzzi, de Jaguaruna, no dia 30, fazer o primeiro voo, de Jaguaruna a Congonhas. Temos hoje um voo diário do aeroporto Diomício Freitas, de Criciúma até Viracopos, em Campinas, pela Empresa Azul para todo o país.

Por isso, quero dizer da importância da manutenção do governo do estado nessa parceria com a Infraero, em virtude de o aeroporto ser deficitário.

Deputada Luciane Carminatti, o aeroporto de Chapecó tem mais de 30 mil passageiros por mês. Nós começamos com três voos diários a São Paulo. O sul de Santa Catarina com a sua pujança econômica do carvão, contamos um único voo hoje com oito mil passageiros por mês, mas está com uma vertente muito forte, crescendo, por isso defendendo a manutenção dos dois equipamentos intermodais de logística. Não podemos deixar, nos acovardar. Defendo a manutenção do Aeroporto Diomício Freitas, pela Infraero, e também que seja feita e executada pela empresa de parceria pública privada, a RDL Aeroportos, a operação do Aeroporto Humberto Bertoluzzi.

E assim como tem no norte do estado dois aeroportos, o de Joinville e o de Navegantes, muito próximos, nós, da bancada do sul de Santa Catarina, temos que nos unir, deputado Rodrigo Minotto, em prol da manutenção da Infraero no Aeroporto de Forquilha. Temos que fazer igual o norte do estado e o alto vale, que estão crescendo, mantendo os equipamentos, aprimorando, trazendo

maior comodidade para que os investimentos sejam realizados com maior segurança.

Hoje, infelizmente, o sul de Santa Catarina representa ser um dos piores retornos de ICMS do estado, e para reverter essa situação temos a conclusão da BR-101, a operação desses dois aeroportos, dois portos, o Porto de Imbituba, que agora vem sendo bem administrado pelo governo do estado; e também temos o Porto de Laguna, que está efetivamente administrado pela Companhia Docas de São Paulo, e estão fazendo uma bela administração, agora, com a Presidência do sr. Edilson de Souza, que acreditamos, que será muito forte para o terminal pesqueiro.

Por isso, gostaria de invocar a bancada do sul de Santa Catarina, deputado Cleiton Salvaro, a nossa bancada, para que, efetivamente, o governo do estado apoie a permanência da Infraero no Aeroporto Diomício Freitas, obviamente não descuidando da vinda da Empresa TAM para operar no Aeroporto Humberto Bortoluzzi, caso esse que está sendo consolidado pelas mídias sociais e pelo *marketing* da empresa o dia 30 ou 29 o primeiro voo.

Então, quero registrar, neste momento oportuno, que o sul de Santa Catarina precisa continuar unido em prol do desenvolvimento do sul e do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Saúdo o presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para falar sobre a questão dos investimentos em saúde no nosso país. Na última edição do jornal do Conselho Federal de Medicina, em fevereiro, houve uma crítica do conselho sobre o não investimento orçamentário de cerca de R\$ 10 bilhões, no último ano, dinheiro federal em saúde.

Os problemas mais importantes para a população é um tema sempre apontado quando se faz pesquisa pré-eleitoral, e a saúde despona, está à frente quase que em todas as pesquisas como o principal problema do país. As pessoas reclamam da falta de acesso aos temas relacionados à saúde.

O Brasil criou um sistema, o Sistema Único de Saúde, a partir da oitava Conferência Nacional de Saúde, e a partir da Constituição de 1988 propôs-se um sistema universal, um sistema público de acesso a todos. Evidentemente, não se tem conseguido fazer isso.

Há pouco o deputado dr. Vicente Caropreso enaltecia a figura de um médico joinvilense, dr. Leitão, que era pediatra, e eu até consultei o CRM dele: 388. E o deputado Luiz Fernando Vampiro referiu-se a um incidente envolvendo a morte de uma pessoa, citando o Samu. Então, é evidente que os temas de saúde

perpassam o cotidiano da nossa vida, nós, políticos, percebemos no dia a dia que as pessoas demandam pelas questões relacionadas à saúde.

Quando se é político, e todos aqui somos, é comum que esse seja um discurso frequente. No entanto, percebemos que qualquer governo quando chega ao poder acaba esquecendo um pouco disso, e os investimentos se voltam para outras áreas. Os investimentos são para realizar grandes obras que, por mais que se enalteça que são do interesse da população, não parece ser o que as pesquisas demonstram. Muitas vezes são grandes obras, com segundos interesses, como está acontecendo no país agora.

Então, é evidente que no setor da saúde existem problemas, talvez de gerenciamento, isso é provável, e hoje, por exemplo, além do mau gerenciamento existe toda uma política no Brasil que enaltece, que favorece, às vezes, gastos desnecessários na área da saúde. Por exemplo, fala-se muito em fazer *check-up*, exames e mais exames, que muitas vezes só beneficia setores econômicos. Sabemos que aqueles exames que são necessários num *check-up* são aqueles que o Ministério da Saúde coloca à disposição, que ainda são questionáveis. Hoje se questiona, por exemplo, o exame PSA, a mamografia, sua real efetividade, e outros que se fazem aos montes por aí, é evidente que não funcionam, ninguém vai fazer raios-x de tórax para ver se a pessoa tem que parar de fumar, a pessoa é que tem que parar de fumar. As pessoas vão ao médico, na maioria das vezes, porque acham que estão cuidando da saúde. Fazer exame anualmente para quê? O que é preciso é ter cuidado com a saúde, cuidado com a dieta, com a alimentação, fazer atividade física, não fumar. É preciso trabalhar isso. Mas sem dúvida nenhuma faltam investimentos na área da Saúde por parte do governo federal.

Nós estamos há anos lutando por mais investimentos na área da Saúde, pois com a Constituição de 1988 foi fixado um percentual para os estados e municípios, mas não para a União. Veio a Emenda Constitucional n. 29, que destinou um percentual para os estados, 12%; e municípios, 15%, mas não fixou um percentual para a União. Veio a regulamentação desta emenda em 2012 com a Lei Complementar n. 41, que manteve esse percentual, mas essa lei que foi uma espécie de fraude, porque queria fixar um percentual para o governo federal, mas foram vetados vários dispositivos e não foram fixados recursos para a saúde por parte da União.

A União sempre investiu na saúde do país durante décadas. Foi o Congresso Nacional que elaborou a Constituição Federal, que criou o SUS - Sistema Único de Saúde -, que é um sistema único, que envolve estados e municípios e União, que lentamente tem tirado o time de campo, e nós precisamos dia após dia repetir o discurso. Não foi eficiente deputado Dr. Vicente Caropreso, o que fizemos ao longo de anos, lutando pela questão que culminou com o

fracasso da Lei Complementar n. 141, de 2012. Não podemos, no entanto, desmorecer.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja. Na sua trajetória v.exa. tem defendido muito a saúde, e pelo seu vasto conhecimento só tende a enriquecer muito o debate aqui na Assembleia Legislativa. Com certeza na comissão de Saúde v.exa. fará uma grande diferença a respeito de um tema que deverá ser central: o financiamento da saúde. Nós vemos hoje que se continuar assim, daqui a pouco, os municípios vão chegar perto dos 40%. Joinville é um dos municípios que já está passando de 32% do seu orçamento de investimento na saúde, quando era, na realidade, para investir apenas 15%, que seria a referência. Se não apertarmos o governo do estado com um pouco a mais do que é obrigado a gastar, ou seja, os 12%, mais cedo ou mais tarde vamos começar a entrar em caos dentro da saúde, porque cada programa inventado, concebido pelo governo federal são os municípios que arcam com as despesas, por exemplo, as UPAs - Unidades de Pronto Atendimento. Para as obras, para a construção, é lógico, há um repasse, também para a compra dos equipamentos, mas inicia-se o trabalho e o prefeito vê o grande problema que acabou de assinar, porque não tem verba suficiente para a manutenção da estrutura, que, às vezes, é de mais de R\$ 1 milhão por mês. Este será, deputado Fernando Coruja, o grande debate que teremos nesta comissão. Esperamos que esta Casa, despojada de qualquer interesse político-partidário, possa fazer um debate à altura para que possamos avançar e fazer jus a nossa presença nesta Casa, porque esse é o assunto fundamental, que é o financiamento da saúde.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte. E realmente é isso, o financiamento por parte dos municípios está ocorrendo e os municípios gastam mais do que aquilo que é fixado pelo dispositivo constitucional.

Os estados brasileiros gastam menos e outros gastam o percentual fixado, mas o que houve foi um desfinanciamento por parte da União. Fiquei no Congresso Nacional 12 anos e lembro que eu e o deputado Sérgio Miranda, de Minas Gerais; todos os anos fazíamos levantamento e denunciávamos, independente do governo, antes era o governo do PSDB e depois o governo do PT, como houve um desfinanciamento. A União corrige, faz a correção do percentual aplicado ano a ano, mas a cada ano ocorria certo gasto nas aplicações dos recursos e a União foi desfinanciamento, além de não aplicar o percentual que aplicava no passado, de não aplicar os 10%. Essa deve ser a nossa luta, do deputado Vicente

Caropreso, que está envolvido com essa questão, e também de outros deputados médicos desta Casa, como o deputado Antônio Aguiar, o deputado Dalmo Claro, o deputado o deputado Serafim Venzon e a deputada Ana Paula Lima, que é enfermeira. Todo mundo se interessa pela questão da saúde. Não somos nós que votamos, mas precisamos trabalhar para que possamos fazer com que a União possa realmente recomeçar a luta para que os 10% sejam fixados. Nós não votamos, mas podemos pressionar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, cumprimento também todos os deputados que tem assento neste Parlamento e aproveito o dia de hoje, Quarta-feira de Cinzas, para fazer reflexões e, ao mesmo tempo, trazer um tema que possa nortear a caminhada da igreja durante o ano todo. E este ano nos inspiramos num dos grandes momentos da igreja do Brasil, que foi o Concílio do Vaticano Segundo, que aconteceu de 1962 a 1965, portanto, estamos comemorando ou celebrando 50 anos dessa grande caminhada que a igreja tem feito nos anos 60, através do Concílio Vaticano Segundo.

O tema da Campanha da Fraternidade este ano é Igreja e Sociedade, uma temática extremamente oportuna, estratégica pelo momento e pela conjuntura que vivemos em nível nacional e mundial. Trazer a temática da relação da igreja com a sociedade, neste momento, acredito, é algo importantíssimo e desafiador, pois esse debate norteia a vida de milhões e milhões de brasileiros. E traz como lema: "Eu vim para servir." A motivação desse debate é inspirada no evangelho de Marcos, no capítulo dez, versículo 45. E nesse lema que a igreja traz há uma estreita relação com a missão do parlamentar, independente da sua instância, da sua esfera, se é no contexto municipal, estadual ou federal. E aqui está a essência, o coração que motiva, que impulsiona toda a atividade como parlamentares, mas, além disso, também, como seres humanos que somos, como pessoas que, a todo instante, a todo o momento, somos interpelados, desafiados diante das diferentes situações que vivenciamos na nossa vida, na nossa caminhada, e que milhões e milhões de brasileiros e catarinenses também vivenciam.

Portanto, é uma temática extremamente importante, no ano em que discutimos temas centrais da conjuntura brasileira como, por exemplo, a reforma política, que está na tela do debate. E não podemos deixar de fazer o debate, a discussão como também sermos sujeitos, como agentes políticos, desse debate com a sociedade.

Então, neste ano em que celebramos 50 anos do Concílio Vaticano II, quando a igreja inicia todo um processo de abertura, de diálogo, de aproximação com a sociedade, refletindo a sua ação na conjuntura social, nas camadas sociais e aqui, de maneira muito especial, nas camadas sociais mais desprovidas da conjuntura social como um todo, isso nos parece também extremamente desafiador para todos nós, parlamentares, que vivenciamos o momento 50 anos depois.

É uma proposta atualizadíssima e que carece de posicionamentos, de posturas e de ações por parte de todos nós, seres humanos. E aqui não poderia deixar de mencionar a presença do papado, do Papa Francisco nessa conjuntura toda, a sua forma, a sua maneira, a sua sensibilidade com os problemas sociais vivenciados nas diferentes situações pelas pessoas, dando respostas rápidas, contundentes, apontando sempre um horizonte, sinalizando que é preciso que haja sintonia entre as nossas ações e a vida concreta da nossa população.

Portanto, fica colocado aqui este desafio para todos nós, independentemente do nosso credo religioso. A temática apontada pela igreja é uma temática que ultrapassa o credo religioso. É um desafio do ser humano, da pessoa de bem que se volta para a construção e para a defesa do bem comum.

Nós vamos ter a oportunidade, neste Parlamento, de realizar uma sessão especial no final de março, para dar publicidade à Campanha da Fraternidade deste ano, ocasião em que algumas autoridades religiosas estarão aqui presentes para fazer as suas ponderações e manifestações nesta temática da igreja e da sociedade com o lema: *Eu vim para servir*.

Assim sendo, fica aqui o convite a todos para que participem desta sessão especial que realizaremos nesta Casa.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que este era o meu pronunciamento na tarde de hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas, povo catarinense, assomo à tribuna para falar da rodovia 477, uma das rodovias mais importantes do planalto norte. Ela liga Doutor Pedrinho à Moema, fazendo com que o trânsito do planalto norte vá para Doutor Pedrinho, Indaial e Blumenau. Por sinal, recebi uma correspondência da deputada Ana Paula Lima, que pede para indicarmos um deputado para fazer parte da Frente Parlamentar da Duplicação da BR-470. É isto, deputada? E quero parabenizá-la por estar preocupada com essa duplicação que atinge o planalto norte de maneira indireta para o futuro.

Temos que fazer com que as obras andem. Se há dinheiro, se há licitação, por que as empresas não se acertam e não tocam a obra? Isso nós chamamos até de irresponsabilidade de certos empreiteiros.

A outra obra que me refiro também da BR-477 é o trecho de Canoinhas a Papanduva, um trecho que necessita do reperfilamento asfáltico, bem como de 2km de ciclovias, saindo de Canoinhas em direção à Papanduva.

É importante essa nossa reivindicação, para que tenhamos um bom andamento das rodovias do planalto norte, bem como a conclusão das obras em Porto União. Os municípios de Calmon a Porto União necessitam de uma atenção especial do secretário do Deinfra.

Temos também que falar aqui sobre a importância da Casan, que está devendo ao município de Canoinhas. Falando nisso, estamos prestes a enviar ao presidente da Casan, Valter José Galina, a ordem de serviço para o primeiro metro de saneamento básico no município de Canoinhas, pois não há nenhum metro de esgoto naquele município.

Portanto, temos certeza, com a chegada do governador Raimundo Colombo, de que ele vai agendar para nós essa grande obra no município de Canoinhas, que é o esgoto, que é o saneamento básico. Temos certeza de que esses R\$ 20 milhões que já estão reservados há muito tempo e aprovados, dinheiro esse que foi buscado no Japão, na França e em outras regiões, sejam concretizados nessa importante obra no referido município.

Há também naquele município uma importante obra para o Hospital Santa Cruz, que é a construção de salas novas de cirurgia. Aquele hospital que atende hoje todo o planalto norte possui ressonância magnética, tomografia computadorizada, serviço de neurocirurgia para fazer alta complexidade em neurocirurgia. Há em Canoinhas o segundo melhor microscópio do Brasil. Então, a saúde de Canoinhas necessita, sim, desse importante aporte financeiro para serem construídas as salas de cirurgia.

Há também nos municípios de Mafra, Porto União importantes obras a serem realizadas na área da saúde.

Portanto, a saúde, hoje, necessita de uma expansão muito grande, e essa expansão na área da saúde que aqui já foi citada precisa de financiamento do governo federal, do governo estadual e também do governo municipal. Hoje, os municípios gastam muito mais que o estado e muito mais que o governo federal. Temos que implementar várias ações na área da saúde. Por exemplo, consórcio intermunicipal. Já existem os consórcios intermunicipais de saúde, só que eles não andam, não funcionam. Não é o caso de Canoinhas, pois lá ele funciona. Por exemplo, o paciente do SUS é atendido pelo médico clínico, que depois encaminha o paciente para a ortopedia. Esse paciente vai à secretaria da Saúde e recebe uma consulta com hora marcada

no consultório particular dos ortopedistas. Isto é saúde de primeiro mundo. O paciente lá atendido não vai entrar na fila às 4h e não vai mendigar lugar para ser atendido, vai marcar a sua consulta no consultório particular.

É verdade que essa consulta é paga pela prefeitura no valor da tabela da MB, a tabela da Unimed, que é no valor de R\$ 50,00, R\$ 80,00. Assim sendo, nós começamos ao dar aos pacientes a nossa colaboração e contribuição de maneira especial, porque o doente será atendido por um especialista, e é isso que queremos, ou seja, que o paciente seja bem atendido. Mas para ele ser atendido por um especialista é necessário que haja um especialista em Santa Catarina. Hoje, são formados 1.100 especialistas por ano no estado de Santa Catarina. Ora, é um número muito bom, mas precisamos aumentar.

Portanto, temos que conversar com os preceptores de residência médica, temos que fazer audiência pública com os residentes, para que eles nos ajudem a dar uma ideia de quantos especialistas têm que ser formados por ano. Se na ortopedia há 17.000 consultas represadas, precisamos aumentar o número de ortopedistas. Se há 5.000 cirurgias eletivas paradas, temos que aumentar o número de ortopedistas para fazer essas cirurgias, mas não somente fazer as cirurgias, pagar aos médicos por essas cirurgias eletivas. O médico, hoje, recebe 60 dias após realizar a cirurgia. Isso, no mundo de hoje, não é mais cabível. Para que, então, que existe a informática, os computadores?

Temos que fazer com que a agilidade no pagamento dos médicos seja feita pela secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina. Então, essa agilidade para o pagamento dos médicos tem que ser resolvida na secretaria da Saúde.

Outros temas importantes que há na área da Saúde para que seja melhorada a nossa saúde são os dados que estamos trazendo em traumatologia e ortopedia e outras especialidades. Há a anestesia, a cirurgia geral, a oncologia, a pediatria, a oftalmologia, a cardiologia, enfim, todas as especialidades. Mas hoje nós vemos a demanda da ortopedia, porque se aumenta a venda de carros, de motocicletas, de máquinas e não se aumenta o número de médicos, não poderemos fazer com que esses problemas sejam resolvidos. E eles só serão resolvidos se houver interferência do governador, da presidente da República e dos prefeitos. Ninguém faz nada sozinho.

Então, o grande passo será na saúde. E para isso temos que criar no estado de Santa Catarina o Into - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia -, um instituto que foi espelhado no do Rio de Janeiro, que faz 3.000, 4.000 cirurgias por ano. E além de fazer as cirurgias, faz o tratamento no centro de reabilitação, que fica no mesmo local. Mas temos um grande projeto que é importante para Santa Catarina que vamos apresentar ao secretário da Saúde, que já foi alavancado

no governo anterior. Esperamos que neste governo as coisas comecem a acontecer.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, eminente deputado Antônio Aguiar pelas suas manifestações que são, diga-se de passagem, extremamente importantes para o desenvolvimento do planalto norte.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Narciso Parisotto.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Narciso Parisotto, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Antônio Aguiar, que volta sorridente do Carnaval, gostaria, primeiramente, de saudar v.ex.a., presidente, os deputados e as deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Desejo, sr. presidente, fazer aqui algumas observações a respeito deste momento político que estamos vivendo, deputado Luiz Fernando Vampiro, que no meu e no nosso entendimento é um momento político delicado, momento político de reflexão, em virtude do cenário econômico do país e, sobretudo, em virtude da gigantesca manifestação da população que deverá acontecer no mês de março.

Eu já elogiei, em muitos momentos, o governo federal desta tribuna, mas neste momento não poderia deixar de fazer críticas à presidente Dilma e ao governo federal.

Primeiramente, porque estamos vivenciando um momento de crescimento da inflação, estamos presenciando o momento de retração dos investimentos internacionais no Brasil, o momento de crise da indústria brasileira, o momento, deputado Fernando Coruja, v.ex.a. que atuou em Brasília por muitos anos, de denúncias e fatos reais de corrupção a todo instante na mídia nacional, a economia desorganizada e o governo federal que poderia ter optado, sr. presidente, para equilibrar a economia, pela redução dos cargos comissionados da União, pela redução dos gastos públicos exagerados, absurdos no país, mas não, optou por cobrar a conta do bolso dos trabalhadores aumentando as tarifas, aumentando a gasolina, aumentando o óleo diesel, que impacta diretamente na cesta básica do povo brasileiro. E as pesquisas de opinião pública demonstram que as atitudes da presidente Dilma Rousseff realmente não estão sendo certas, porque demonstrou uma queda jamais vista na sua popularidade no país.

Dito isso, quero também poder afirmar que o presidente Fernando Henrique Cardoso, deputado Rodrigo Minotto, consolidou-se na história do Brasil por ter efetivamente consolidado um plano econômico que acabou com a inflação e deu estabilidade econômica para o Brasil. Isso é fato, deputado Marcos Vieira.

O presidente Lula, inegavelmente, foi o presidente, deputada Ana Paula Lima, que avançou no campo social. Os avanços sociais no nosso Brasil são inegáveis, deputado Rodrigo Minotto, e nós temos que reconhecer isso. E o que nós esperamos ou que esperávamos da presidente Dilma Rousseff?

Nós esperávamos da presidente Dilma Rousseff, deputado Natalino Lázare, que ela fosse a presidenta da competitividade, o que efetivamente não aconteceu, para que pudéssemos transformar o Brasil, fazer com que o nosso país, deputado Dalmo Claro, pudesse ser competitivo. A presidente Dilma Rousseff deveria ter investido nos quatro pilares básicos da competitividade. Isso não aconteceu!

O primeiro pilar ao qual me refiro é a infraestrutura, que se traduz em portos, rodovias, ferrovias e energia. Isso não aconteceu!

Esses temas, no meu entendimento, não receberam a atenção devida por parte do governo federal.

Outro pilar fundamental é a educação, que poderia ter avançado muito mais, sobretudo no campo da formação profissional, também no ensino fundamental, no ensino superior.

E os pilares fundamentais são o da tecnologia e o da inovação.

Fui buscar alguns dados que são assustadores. Segundo o Ipea, as empresas brasileiras do setor tecnológico investem 0,59% do PIB, deputada Luciane Carminatti, e se somar com o investimento do governo brasileiro chega a 1%. Nos Estados Unidos os gastos de empresas com tecnologia chegam a 1,83% e mais do que isso, nos países desenvolvidos o investimento em tecnologia e inovação variam de 2% a 2,5% do PIB. Israel que está no topo desse ranking, investe mais 4% em PIB em pesquisa e desenvolvimento.

Portanto, um país que não investe descentemente em pesquisa, em tecnologia e inovação, deputado Leonel Pavan, é um país que tem o seu futuro comprometido.

O outro pilar fundamental da competitividade que o governo federal, e aí também os entes públicos não fizeram, é o ambiente regulatório, ou seja, temos uma realidade de um poder público burocrático, lento, oneroso, de um Judiciário que poderia ser um pouco mais célere, mas esse ambiente, infelizmente, assusta, afugenta os grandes investimentos internacionais no nosso país.

Portanto, no meu entendimento, a presidente Dilma Rousseff perde a grande oportunidade de tornar o Brasil competitivo. Nós crescemos nos últimos anos, deputado João Amin, é verdade,

mas se analisarmos os outros países próximos do Brasil, da América do Sul, da América Central, enfim, os países cresceram muito mais do que o Brasil. Nós ganhamos o jogo de 1 a 0, mas poderíamos estar ganhando de goleada, deputada Luciane Carminatti.

Então, temos que reconhecer alguns avanços, mas o cenário é assustador. Essa é a grande verdade, as pesquisas demonstram isso, o clamor popular demonstra a grande preocupação com a segunda gestão da presidente Dilma Rousseff.

E com relação a Santa Catarina ainda estamos esperando os grandes investimentos para o nosso estado. A BR-280, deputado Kennedy Nunes, depois de muitos anos começou um lote na região de Guarimirim, mas precisaríamos estar com essa obra praticamente concluída, porque ela muda o perfil econômico e turístico do norte de Santa Catarina. Na BR-470, começou a duplicação do trecho de Blumenau a Indaial, mas precisamos ir adiante nessa rodovia que é de fundamental para Santa Catarina.

Portanto, o PSD, em nível nacional, sr. presidente, tem dado apoio ao governo federal, que repassou recursos para Santa Catarina, e eu, em muitos momentos, reconheci essa parceria com o governo federal, mas neste momento, a deputada Luciane Carminatti há de concordar comigo que o cenário nacional é preocupante, principalmente o econômico e ético, a crise econômica. As notícias de corrupção, com o surgimento de fatos reais, preocupa Santa Catarina e o povo brasileiro. Poderemos ter consequências desastrosas políticas, sociais e, sobretudo, econômicas.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço com muita honra a deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Agradeço, deputado. De fato, na sua manifestação v.exa. reconhece os avanços sociais, e isso é importante. É importante reconhecer a quantidade que tínhamos de pessoas com a barriga roncando, sem casa, sem direito à universidade, sem direito ao ensino médio, uma vez que temos uma perda ainda de 30% entre o 9º ano e o ensino médio, e 48% da população que ganha até cinco salários mínimos. Estamos falando de cuidar daquilo que é fundamental: moradia, alimentação, educação, saúde, transporte.

Isso nós fizemos! É importante dizer que em 2008 se instalou uma crise mundial que afetou todos os países e que afetou o Brasil também, e o Brasil ainda enfrenta os reflexos dessa crise internacional. Nós não somos uma ilha, assim como nenhum estado brasileiro. Agora, é claro que quero muito mais para o meu país.

Com relação ao combate à corrupção, acho que é uma tarefa de todos os partidos, porque os 28 nomes que vi na lista divulgada envolve todos os

partidos. E se quisermos, de fato, enfrentar a corrupção, o debate é muito mais profundo, é muito maior, é discutir, por exemplo, o financiamento de campanha que é a raiz de todos os problemas, ou será que vamos ignorar que temos empresários presos e políticos denunciados? Então, é um tema muito complexo e exige uma postura mais corajosa. Mas quero dizer, para concluir, deputado Darci de Matos, que este governo não está terminando, ele está começando o segundo mandato. O PSD está junto no governo federal e tem a tarefa de nos ajudar junto com o PMDB, com o PP, a enfrentar todos os problemas nacionais.

Quero lembrar que aqui em Santa Catarina, quando assumimos o governo federal, tínhamos dois institutos federais que cuidam da qualificação técnica, e hoje são mais de 19 espalhados pelo Brasil inteiro. Tivemos a segunda universidade federal, além das comunitárias, para colocar mais recurso público nas universidades no estado inteiro. Todas as obras de infraestrutura em Santa Catarina na sua grande maioria são recursos federais. Nós não ouvíamos falar da infraestrutura do aeroporto de Florianópolis, de Chapecó, da BR-282, que agora há uma discussão para entrar no PAC 3, da BR-101.

Enfim, aqui não estou dizendo quem é pai da criança, estou dizendo que temos que fazer um esforço coletivo, e o PSD também tem essa responsabilidade de fazer um bom governo nestes próximos quatro anos.

Obrigada.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. em concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Darci de Matos, eu só quero enaltecer o tema que v.exa. traz nesta tribuna, evidentemente que precisamos avançar no debate das questões nacionais.

Quero reconhecer, inclusive, o que coloca a deputada Luciane Carminatti uma série de avanços sociais que o país teve, mas acho que o mais importante que houve foi a falta de reconhecimento de que a crise de 2008, deputada Luciane Carminatti, não era uma marolinha.

É evidente que era preciso ter humildade naquele instante para reconhecer a crise internacional, como era preciso antes da eleição que ocorreu em 2014. E é preciso, ainda, em tempo, reconhecer que o Brasil precisa fazer mudanças na questão macroeconômica, porque é evidente que todo mundo é a favor de investimento em saúde, em educação.

É importante essa questão das aplicações sociais, mas sabemos que se não tivermos um modelo econômico adequado no país tudo isso pode ir por água abaixo porque não há um plano social que sustente se há inflação, déficit público, é evidente que o dinheiro não sai do nada.

Então, quero parabenizá-lo, assim como a deputada Luciane Carminatti, quando levantam essas questões. Talvez a raiz de todos os problemas esteja na reforma mãe que tem que ser feita: a reforma política.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Fernando Coruja.

Eu concluo as minhas palavras, sr. presidente, dizendo que esperamos, com as manifestações de março, que o Congresso Nacional possa fazer aquilo que promete há décadas e não faz: a reforma política. Ninguém mais aguenta eleição de dois em dois anos e, sobretudo, a reforma tributária desonerando a produção e tributando a especulação financeira neste país.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, eminente deputado Darci de Matos, pelas suas manifestações.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista, representando o Bloco Social Progressista.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, srs. deputados, sras. deputadas, faço uso da tribuna pela vez primeira neste mandato e, certamente, vou ter a oportunidade de voltar em outros momentos para falar de vários temas importantes, relevantes ao estado de Santa Catarina.

Mas é com muita tristeza que utilizo esta tribuna na desta Quarta-feira de cinzas para prestar aqui uma homenagem ao saudoso amigo de saudosa memória, deputado Luiz Fernando Vampiro, v.exa. já o fez desta tribuna, o nosso grande e eterno goleiro Alexandre Pandóssio, do Criciúma Esporte Clube.

(Passa a ler.)

"Criciúma e toda a nação carvoeira estão de luto desde a tarde de ontem. Uma triste terça-feira de carnaval, quando perdemos o maior goleiro de todos os tempos de Criciúma, Alexandre Pandóssio.

Além de grande atleta, de cidadão do bem e ídolo da torcida do Tigre, era meu amigo, e sua morte prematura deixou muito triste, não apenas a população da nossa cidade, mas de toda a região.

Alexandre jogava futevôlei no Rincão, município criado recentemente, aprovado, inclusive, por este Parlamento, quando teve um mal súbito e sofreu sete paradas cardíacas. Aos 53 anos de idade, o campeão da Copa do Brasil de 1991, que recentemente trabalhava como comentarista de futebol na rádio Som Maior, foi atendido e não resistiu.

Vindo da equipe do Mogi Mirim, ele chegou ao Tigre no início da década de 90. Ficou na cidade onde fez história até a

temporada de 1996. Sua carreira como profissional foi continuada nos times União Barbarense e Gama, pelo qual foi campeão da Série B, em 1998, e do Campeonato Brasileiro em 1998 e 1999.

Em 2007, depois de ganhar experiência como auxiliar técnico no próprio Criciúma, estreou como treinador no Atlético Rondoniense.

No ano seguinte, comandou o Cidade Azul, hoje Tubarão.

Em 2010, foi a fez de treinar o Imbituba, time para o qual retornou em 2012. De volta à cidade de Criciúma, dirigiu o Próspera, em 2011.

Seu carisma, o respeito e admiração que ele recebia das pessoas em Criciúma também acabaram levando esse grande cidadão para a política. Por duas vezes chegou a ser candidato a vereador pelo nosso partido, o Partido Progressista.

Tive o privilégio de tê-lo ao meu lado nas três últimas campanhas que participei como candidato a deputado estadual. Grande homem, pai de família e excelente profissional.

Infelizmente, perdemos um grande amigo, um ídolo que jamais vai ser esquecido. Goleiro como esse não vai mais existir, provavelmente, no Criciúma Esporte Clube.”

Fica a nossa homenagem e uma reflexão deputado Luiz Fernando Vampiro, deputado Ricardo Guidi, deputado Manoel Mota, deputado José Milton Scheffer, deputado José Né Ascari, nós que pertencemos ao nosso grande sul, sobre a perda do nosso eterno goleiro Alexandre Pandóssio que levanta um debate muito amplo sobre a falta de estrutura, não apenas no Balneário Rincão, mas nas cidades litorâneas, onde têm balneabilidade para receber os veranistas.

Para a Operação Veraneio, cito como exemplo o Rincão.

A Polícia Militar ampliou o efetivo em 35 pessoas. Esses profissionais foram equipados com sete viaturas, dois quadriciclos, além de uma base comunitária móvel e duas motocicletas. Na delegacia de polícia, o plantão passa a ser 24 horas, diferente do inverno, quando o atendimento se dá em horário comercial.

Mas na área da Saúde nada muda. A cidade que tem 12 mil habitantes fixos, deputado Dalmo Claro, v.exa. que foi secretário de estado da Saúde de Santa Catarina, que na temporada ultrapassa 150, 160, chegando a 200 mil habitantes, aumentando em oito, dez vezes, o número de habitantes, conta apenas com dois postos de saúde e o atendimento é das 8h às 21h, de segunda a sexta. Além desse serviço público, no município tem uma clínica particular.

Essa é uma reflexão que precisa realmente ser exercitada, e o governo precisa tomar uma posição com relação a isso porque, evidentemente, se existe uma população fixa de 12 mil, deputado Luiz Fernando Vampiro, e na temporada chega a 180 mil, até 200 mil, com o mesmo porte de atendimento é

humanamente impossível imaginar que vamos ter um atendimento de excelência e, fatalmente, teremos vidas ceifadas.

O Samu levou 40 minutos para sair do município de Criciúma e chegar até o Rincão. Então, é uma reflexão que precisa ser exercitada. E este Parlamento tem, sim, o dever e a obrigação de abrir esse debate e chamar à responsabilidade o governo, não apenas o governo do estado, mas o governo federal e o município.

Eu declino agora da minha condição de orador, e o deputado Serafim Venzon concluirá a outra metade do tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Cumprimento o deputado Valmir Comin, do bloco PSDB/PP, que tem 12 minutos e todos os dias divide o tempo em seis minutos para cada bancada. Agradeço, então, a concessão do deputado Valmir Comin.

Queria saudar primeiramente, o presidente da Acafe - Associação Catarinense das Fundações Educacionais do Estado de Santa Catarina, o professor e reitor Aristides Cimadon, e também o vice-presidente, Sebastião Salésio Herdt, em nome dos quais saúdo todos os reitores e todas as administrações do sistema Acafe de Santa Catarina, que tem por missão primordial desenvolver o ensino, a ciência, a tecnologia e a inovação, mobilizando a sociedade como um todo através dos jovens, utilizando a ciência e a tecnologia para a melhoria do bem-estar das pessoas.

E a Acafe tem promovido diversas ações comunitárias que eu quero destacar. Fiz aqui levantamentos do ano de 2010, que tem os números médios e próximos dessa realidade. Em 2010 foram beneficiados mais de um milhão e meio de pessoas da sociedade, que foram atendidas através da Acafe. Foram 76 mil estudantes beneficiados com diferentes tipos de apoio, 747.915 pessoas atendidas nas áreas de saúde, especialmente onde há hospitais, como a Unisul, a Unoesc, a Furb e a Univali.

Foram 50.235 pessoas atendidas em atividades de assistência jurídica, através das faculdades de Direito; 276.800 pessoas foram atendidas em programas de educação comunitária, e quase 600 mil pessoas foram atendidas em programas socioculturais.

A Acafe reúne a associação de 16 instituições que estão distribuídas em 57 cidades. Atualmente temos matriculados na Acafe mais de 160 mil

acadêmicos em diversos tipos de faculdade. São 9.072 professores e, além dos professores, tem mais 7.500 funcionários. Conta com mais de mil cursos de graduação e 503 cursos de pós-graduação.

Enfim, o sistema Acafe conta com um grande número de colaboradores para atender esse grande número de acadêmicos que estão matriculados. Para terem uma ideia, em 2006, tínhamos, em Santa Catarina, 196 mil acadêmicos. Desses 196 mil, 19 mil estavam matriculados na UFSC; 40 mil nos Institutos de Ensino Superior, e 137 mil no Sistema Acafe. Quer dizer, mais de dois terços dos alunos matriculados estão no Sistema Acafe. Em 2010, nós tínhamos 184 mil alunos matriculados, 23 mil na Universidade Federal e 42 mil nas universidades chamadas particulares, nas Instituições de Ensino Superior.

Quero, então, cumprimentar o reitor, professor Aristides, saudando toda a comunidade acadêmica, os docentes, os alunos, e também chamar a atenção da grande responsabilidade com a educação. Se é verdade que a educação é, de fato, uma prioridade do governo, já estamos fazendo alguns encontros, através da Acafe, para encontrar uma forma, uma maneira, de transformar em prática esse discurso do governo. Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo está aberto a esta ideia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos ao deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB, que cede, neste primeiro momento, a palavra ao PT.

Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, meu cumprimento muito carinhoso aos colegas parlamentares. Um cumprimento muito especial a nossa líder do partido, deputada Luciane Carminatti, que tem a responsabilidade de aqui estar à frente da nossa bancada durante todo esse ano, e tenho certeza de que estaremos bem encaminhados com a sua liderança.

Deputada Luciane, parece que o brasileiro não gosta do Brasil. Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Darci de Matos e parece que ele e o partido dele, que fazem parte do governo da nossa presidenta Dilma, falam tão equivocadamente de um governo que tem dado certo há quatro eleições.

(Passa a ler.)

“Srs. parlamentares e público catarinense, na semana passada o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da comemoração de 35 anos do nosso partido ao lado da nossa presidenta Dilma Rousseff, do convidado de honra da atividade, o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, de parlamentares, de lideranças e de militância política. Lula falou da fundação desse partido, que começou

com ele e com outras figuras do nosso país, e também das transformações sociais ocorridas durante esses últimos 12 anos em que o Partido dos Trabalhadores está à frente do governo do nosso país.

Diante disso, sra. deputada, srs. deputados, eu destaquei alguns pontos da fala do ex-presidente Lula:

'No dia 10 de fevereiro de 1890, algumas centenas de brasileiros e de brasileiras começaram a escrever uma das mais belas páginas da história política do nosso país.

Naquele dia, companheiros vindos de todas as regiões, trabalhadores da cidade e do campo, intelectuais, estudantes, religiosos, militantes de esquerda, militantes sociais, nos reunimos para debater e aprovar o manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores.

Era um tempo em que lutávamos por democracia, enfrentando uma repressão que recaía de forma especialmente dura sobre os trabalhadores. Nesse ambiente de lutas, com os pés firmes no chão e grandes sonhos na cabeça, nasceu o PT.

Quero recordar as primeiras palavras do nosso manifesto de 1980. São elas:

- O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la.

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. -

É importante também recordar essas palavras, 35 anos e muitas lutas depois, para fixar duas características essenciais do nosso partido:

O PT nasceu para mudar.

O PT nasceu para ser diferente.

Quantos partidos políticos chegaram aos 35 anos de existência com uma história de lutas e conquistas tão rica como a do Partido dos Trabalhadores?

E quantos partidos, no Brasil, tendo conquistado o governo, conseguiram transformar de maneira tão intensa a realidade social, econômica e política em nosso país? Certamente, nenhum como o PT.

Podemos falar com muito orgulho do nosso partido, porque fizemos e continuamos fazendo história neste país.

O PT é motivo de orgulho para cada militante, das primeiras e das novas gerações. Cada um de nós pode andar de cabeça erguida e afirmar: nós contribuímos para mudar este país.

Participamos diretamente da maior transformação política, social e econômica da história do Brasil. A história do PT é nosso maior patrimônio, e essa história ninguém pode nos tirar.'

Nós temos que nos orgulhar de um governo que tirou 36 milhões de

pessoas da extrema pobreza, que criou mais de 21 milhões de empregos com carteira assinada, que conseguiu incluir mais de 40 milhões na classe média.

O PT acaba de conquistar o quarto mandato consecutivo na Presidência de República. A quarta derrota eleitoral consecutiva despertou os mais baixos instintos dos nossos adversários. Vencemos, o Brasil venceu mais uma vez, mas a luta não acabou. Eles só podem atacar o PT e o nosso governo com as armas da irracionalidade e do ódio.

Não têm, nunca tiveram, autoridade para falar em nome da ética, mas é nesse campo que tentam desesperadamente nos atingir. Eles, que jamais investigaram a fundo uma denúncia de corrupção. Foi o governo do PT que acabou com a impunidade que eles cultivaram por tanto tempo. Nenhum outro governo fez mais para combater a corrupção nesse país, conforme a presidenta Dilma deixou claro na campanha eleitoral.

Mas vejam o que está ocorrendo em torno da Petrobras. Desde o início da campanha eleitoral nossos adversários manipulam uma investigação institucional com o objetivo de criminalizar o PT. Esta investigação, como todas as outras iniciadas em nosso governo, deve ser levada até o fim, esclarecendo os fatos, apontando os responsáveis e levando seja quem for a julgamento.

Mas estamos assistindo a repetição de um filme com final conhecido. Pessoas são acusadas, por meio da imprensa, com base em vazamentos seletivos de uma investigação que somente alguns têm acesso. Não há contraditório, não há direito de defesa.

Mais uma vez eles falharam na tentativa de voltar ao poder pelo voto. Ao que tudo indica, não querem mais esperar outra derrota: partem claramente para a desestabilização.

Cabe ao PT denunciar essas manobras com firmeza. Repelir a mentira, esclarecer a sociedade, agir de acordo com a gravidade da situação.

A verdade é que foi o governo deles que tentou destruir a Petrobras, que tentou privatizar a Petrobras. A verdade é que apesar de todo alarido não há nenhuma prova contra o PT nesse processo, nenhuma doação ilegal, nenhum desvio para partido. Nada!

E se algo de concreto vier a ser encontrado, se alguém tiver traído a nossa confiança, que seja julgado e punido, dentro da lei, porque o PT, ao contrário dos nossos adversários, não compactua com a impunidade."

É dessa forma, sr. presidente, que termino o meu pronunciamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. vice-presidente desta Casa, Aldo Schneider, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar todas as senhoras deputadas, os senhores deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, comunidade catarinense.

Aproveito este momento em que fazemos o nosso primeiro pronunciamento, neste segundo mandato, para agradecer esses 56.848 votos obtidos na última eleição, reconduzindo-nos a esta Casa para mais um período de quatro anos.

Quero também cumprimentar todos os meus colegas reeleitos e cumprimentar os meus colegas que estão estreando neste momento pela primeira vez aqui na Casa do Povo de Santa Catarina que vão, obviamente, através desta tribuna, falar, discursar e, acima de tudo, propor novas leis para o benefício de todos os catarinenses. Então, é desta maneira que eu gostaria de agradecer todas as pessoas que depositaram seus votos neste deputado através da última eleição.

Quero, sr. presidente, fazer uma analogia sobre o projeto de lei de minha autoria apresentado no ano de 2011. E, diante de uma reportagem que pedirei para a nossa assessoria passar a todos os srs. deputados, farei a análise de um projeto de lei. Muitas vezes os técnicos do governo, que não têm sensibilidade e não sabem exatamente o que estão vetando, indicam que o sr. governador vete projetos importantíssimos para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Então, solicito que a assessoria passe nos telões um vídeo de dois minutos, passado no *Jornal Nacional*. E depois vou falar sobre o projeto relacionado a esse assunto.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Apresentei nesta Casa o Projeto de Lei n. 0253/2011, que, obviamente, tramitou por todas as comissões nesta Casa, foi aprovado pelo plenário e aqui na Alesc teve sua aprovação unânime. E neste momento, como é do conhecimento dos srs. deputados, estamos passando por uma das maiores secas já registradas na história do Brasil. Aqui em Santa Catarina podemos considerar a situação tranquila, mas podemos começar a tomar atitudes como essa, para evitar o desperdício de água. Com a instalação dos hidrômetros individuais nos condomínios o cidadão pode ver a quantidade exata de água que gastou naquele mês, pagando pelo que é justo. Como assistimos na reportagem da *TV Globo*, a economia nos prédios pode chegar a 25%. Existem casos de apartamentos com mais de cinco pessoas pagarem a mesma coisa de outro que mora só uma pessoa. É uma conta injusta.

Por isso, srs. deputados, solicito à Presidência desta Casa o desarquivamento. Eu vou reapresentar esse projeto que apresentei no ano de 2011, como uma questão de justiça, pois não é justo, num edifício com mais de 100 apartamentos, que, às vezes, é para veranear, uma pessoa pagar o mesmo custo de quem reside no referido edifício. É injusto. E lá em 2011 já havíamos previsto essa possibilidade. Infelizmente, a Alesc fez a sua parte e algum técnico do governo, por desconhecimento, obviamente, acabou vetando um projeto de suma importância.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Primeiramente quero cumprimentá-lo pelo projeto que, certamente, irá corrigir uma injustiça que existe com milhares de pessoas. E, além disso, o seu projeto vai fazer com que haja um controle no consumo da água. Há poucos dias ouvimos o deputado Fernando Coruja também falando sobre economia de água. Eu mesmo já apresentei três projetos, que é justamente sobre economia de água, que no caso é o aproveitamento da água da chuva, com reservatórios para limpeza dos prédios, das escolas, ginásios, nos hospitais. Enfim, deve se exigir a construção de reservatórios para captação de água da chuva em prédios públicos.

Entendo que o nosso Parlamento está cumprindo com o seu papel. Está fazendo aquilo que todos nós sonhamos, tomando atitudes radicais que venham à população. Cumprimento v.exa. pelo projeto e conte conosco. Inclusive os projetos que estou apresentando estão abertos para qualquer apoio e assinatura dos parlamentares.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Essa é uma das teses que também defendo sobre o consumo de água em condomínios residenciais. E o que sempre me deparei foi com a resistência dos próprios condomínios na instalação dos hidrômetros individuais, pelo custo dos medidores. Eu não tenho conhecimento do teor do projeto, mas certamente a iniciativa é muito boa e tenho certeza que no futuro vai ser assim, ou seja, as pessoas pagarão o que efetivamente consumirem. V.Exa. pode contar com o meu apoio.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Vejam v.exas. que em 2011 já prevíamos essa situação. Nós que também já passamos pelo problema das secas, em determinados momentos já sugerimos aqui a construção de cisternas em todas as obras públicas existentes em Santa Catarina. Hoje pode até representar em certo custo, mas já está acontecendo em outros estados problemas de falta de água.

Então, deixo aqui registrado a nossa intenção lá de 2011. Infelizmente, houve o veto governamental, mas estou reapresentando esse projeto, porque entendo que é necessário. Portanto, conto com o apoio incondicional do srs. deputados, para que, se for o caso, também derrubarmos o veto do governo, haja vista que hoje a questão da economia de água é um assunto propalado no mundo inteiro. Se esse projeto tivesse sido sancionado em 2011, seríamos vanguarda no Brasil. Infelizmente, o projeto sofreu veto, mas não é por isso que devemos desanimar. Agora, diante dessas notícias que assola o mundo inteiro, com certeza, o governo fará essa sanção e nós veremos em Santa Catarina a prática da justiça.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Quero dizer quem em Chapecó, da mesma forma, apresentamos um projeto de lei que padronizava esse sistema, para que pudesse se fazer justiça. O que acontece hoje em condomínios é a injustiça, ou seja, alguns acabam desperdiçando e aqueles que poupam pagam a mesma coisa. Então, quero dizer que v.exa. tem o apoio da bancada do PCdoB a esse projeto, pois vejo que vem ao encontro a questão da racionalização da água, que é um tema importante discutido no mundo inteiro. E nós em Santa Catarina temos também a nossa parte. Parabéns pela iniciativa e pode contar com o nosso apoio e o nosso voto.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Para concluir, eu entendo que esta Casa de Leis, através do anseio popular, possa trazer para o seio deste plenário aquilo que a sociedade catarinense quer e exige. E Santa Catarina já tem uma história, em nível de Brasil, em muitos outros assuntos, que até então eram inconstitucionais e viraram lei nacional, como é o caso do Código Florestal Brasileiro, que esta Casa fez toda a tramitação inicial deste projeto que agora virou o Código Nacional Brasileiro. E quem sabe se esse outro projeto tivesse sido aprovado em 2011, poderia estar sendo referência para o Brasil, como uma das práticas que deu certo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Valmir Comin) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Em função do cumprimento do Regimento Interno, esta presidência suspende a presente sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.)

Está reaberta a presente sessão.

Como hoje as comissões deveriam ser instaladas para na próxima segunda-feira começarem suas reuniões, pois temos matérias a deliberar, pergunto se existe alguma comissão que não tenha sido instalada?

(Falas fora do microfone.)

Pediria que isso fosse feito hoje ou no máximo amanhã para que pudéssemos ter como rotina essas reuniões, porque senão as matérias ficariam sem poder tramitar. Isso seria uma pena. Temos o prazo de cinco sessões para que as comissões sejam instaladas, mas é do interesse de todos que as matérias possam vir ao plenário.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 036, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 037, de autoria do deputado Neodi Saretta; 038, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e 039, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Moção n. 002, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, a ser enviada ao presidente do Instituto Chico Mendes, manifestando contrariedade pela edição da Norma Técnica Conjunta n. 06/14, que prevê o cancelamento das portarias de ordenamento da visitação publicadas para o Parque Nacional de São Joaquim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 007, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da nota veiculada no jornal Diário Catarinense, de 10 de fevereiro do corrente ano, referente ao funcionamento dos tomógrafos do Hospital Infantil Joana de Gusmão e do Hospital Celso Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 008, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o número de unidades escolares, turmas e estudantes da rede pública no final do ano letivo de 2010 a 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro deputado inscrito, deputado Cesar Valduga, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente e srs. deputados, quero hoje manifestar o roteiro que fizemos neste período de carnaval no

sentido de parabenizar as escolas dos municípios de Itá, Joaçaba, Concórdia, Florianópolis e outros, que coloriram as ruas deste estado.

Estivemos prestigiando com outros deputados a abertura do carnaval no meio oeste de Santa Catarina. Joaçaba hoje é referência para o país e para todo o estado de Santa Catarina. Através do carnaval resgatam-se as etnias, os valores e o folclore deste país. Em Joaçaba, as escolas de samba Acadêmicos do Grande Vale, Aliança e Unidos do Herval fizeram a festa na avenida XV de Novembro, e a Aliança foi a grande campeã.

Ao mesmo tempo quero parabenizar o município de Capinzal, que comemorou seus 66 anos de emancipação. Capinzal hoje é o 37º PIB de Santa Catarina. E 62% do desenvolvimento econômico é proporcionado pelas indústrias da região.

Muitas lideranças e autoridades prestigiaram esse grande evento que ocorreu em comemoração ao aniversário de emancipação de Capinzal. Então, assomo esta tribuna para parabenizar as entidades daquele município, o prefeito, o vice-prefeito, que fizeram lá uma linda festa, com um grande bolo de 66m.

Quero nesta tribuna manifestar o meu abraço a todo aquele povo ordeiro de Capinzal. Vieram pessoas de outros municípios, de Ouro, Lacerdópolis, Zortéa, para fazer esta grande confraternização, que aconteceu na área de lazer Dr. Alnaldo Favorito. Houve shows, divertimento e uma grande comemoração.

Então, deixamos um abraço aquele povo, cumprimentando-os pela bonita festa que marcou os 66 anos de emancipação de Capinzal. Acredito que mais de 4 mil pessoas participaram daquela grande confraternização. E estávamos lá representando a Assembleia Legislativa, juntamente com o deputado Romildo Titon, Neodi Saretta, o prefeito Vitor Faccin do município de Ouro, bem como outras autoridades.

Parabéns à administração do município de Capinzal e à secretaria do desenvolvimento econômico que promoveram esse belo evento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar a todos os catarinenses. Recebi a visita do Joel de Moura, presidente da Associação Três Fronteiras e diretor da Fetaesc, que traz a preocupação que a agricultura familiar enfrenta neste momento em razão de algumas dificuldades econômicas que o país enfrenta, assim como também em razão de alguns pleitos anunciados pelo governo federal e não implementados, como é o caso da habitação rural, do pagamento de indenização de serviços ambientais, da questão da energia elétrica e da legislação que procura beneficiar os

grandes produtores e prejudica os pequenos agricultores.

O sindicato dos agricultores e a Fetaesc realizarão um grande evento no dia 16 de março, às 14h, em São Miguel do Oeste, debater esses assuntos, elaborar um documento, mobilizar a classe política e buscar uma solução. Hoje enfrentamos no oeste do estado uma preocupação grande com a questão do leite.

Ouvi um deputado anteriormente falando da questão do aeroporto de Jaguaruna, e uma das prioridades do Ministro da Aviação Civil Elizeu Padilha é o fortalecimento dos aeroportos regionais. Ele está brigando por essa questão e também o faremos. Mas quanto à produção leiteira em Santa Catarina há uma série de dificuldades. Através da produção do leite, o pequeno produtor consegue obter uma renda melhor, fazer uma prestação e enfim cumprir seus compromissos mensais. Antigamente a agricultura familiar dependia unicamente da safra, com uma ou duas produções anuais e ficava dependendo das condições meteorológicas. Uma seca ou o excesso de chuvas trazia um transtorno muito grande para a renda anual da agricultura.

Hoje, com a produção leiteira, o agricultor tem uma renda mensal. E temos que conservar essa renda forte no sentido de fortalecer e manter as famílias no campo. Queremos que não haja o êxodo rural, como já ocorreu em grande escala neste estado e no país.

Então, esse movimento conta com o nosso apoio e precisamos nos empenhar. As empresas que recebem os leites e os laticínios estão procurando adquirir-los de propriedades maiores, deixando de lado os pequenos agricultores, que já estão prejudicados com as questões da habitação, dos serviços ambientais, da energia elétrica, da legislação e enfrentam dificuldades.

Esse era um dos temas que queria abordar. Também ouvi o meu colega, deputado Darci de Matos, falando da ética na política. Isso nos preocupa. Como ele disse aqui, o governo federal, que iniciou há dois meses, já traz um descrédito por parte da opinião pública. Infelizmente o PT em nível nacional tem sido decepcionante para todos os brasileiros. Fala-se que cuidou da questão da pobreza, mas, de uma forma ou de outra, todos os governos cuidaram. Agora quando se fala em bilhões desviados na corrupção, isso atinge os menos favorecidos, as pessoas com que o PT diz que se preocupa tanto, porque o crime de corrupção é muito grave. Ele não é específico contra uma pessoa, mas contra uma nação. E, sendo assim, é contra aquele mais privilegiados, quantos estudantes poderiam estar beneficiados, quanta bolsa de estudo, quantas novas universidades, quantas novas creches poderiam ser implantadas se nós não tivéssemos essa corrupção no país. E o que se espera da corrupção? Ora, numa empresa quando alguém comete uma irregularidade, ela é afastada ou demitida.

Na prefeitura, no estado, nos órgãos públicos é simples: Faz-se um processo administrativo, uma sindicância e afasta. E quando o chefe não afasta o que se diz? Que tem o rabo preso. Ele não vai afastar, porque ele está junto nisso. E quando se vê que a presidenta da República não afasta, fica complicado. Isso começou lá atrás.

Eu estava lendo um comentário do jornalista político, Paulo Alceu, que disse que começou no governo Lula, depois que ele assumiu, quando foi flagrado o Valdomiro Diniz pedindo dinheiro, foi filmado, para o Carlinhos Cachoeira. E ninguém foi afastado.

Então, para o leigo, quem tem o rabo preso não vai tomar providência. E o mínimo que se esperava em todas essas denúncias é que a presidenta não precisasse que a diretoria viesse em comissão pedir demissão, entregar os cargos. Ora, quando há uma irregularidade numa empresa pública, num órgão público, e tem alguma base legal a denúncia, a pessoa tem que entregar o cargo ou o chefe tem que pedir para que ele se afaste até a devida apuração dos fatos.

Então, um partido que criou a maior expectativa de mudança neste país é o partido que também criou a maior decepção. O PT somente era diferente, porque corrupto só tinha em outros partidos. Isso é que mudou. A diferença do PT era essa. Ele era um partido diferente, porque não tinha corrupto, somente os outros partidos tinham. Infelizmente, quando assumiu o governo nós vimos tudo isso. Então, existe um histórico de denúncia. Se nós lembrarmos um pouco, a Caixa Econômica já passou por dificuldades, porque pessoas colocadas lá, politicamente, criaram problemas. O Correio que é uma instituição histórica neste país já teve problemas durante a administração do PT, do Lula, da Dilma. Então, infelizmente, o que está faltando é a presidente mostrar que não tem o rabo preso, porque quem não tem o rabo preso, toma providência. Quem não tem o rabo preso afasta, manda apurar, doa a quem doer. As provas são fortes demais para alguém não tomar providências.

Esse não era o assunto que eu gostaria de falar hoje, mas como vários deputados se manifestaram...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. Presidente, srs. deputados, estou com a voz um pouco embargada, rouca, hoje, além do normal, mas não é porque aproveitamos bem o carnaval, pelo contrário, passei alguns dias com a família descansando, e parece que a voz entrou no ritmo. Mas estamos prontos para atuar em benefício da população de Santa Catarina.

Queria aproveitar, hoje, presidente, para cumprimentar o amigo, major Evaldo Hoffmann, que será o novo comandante 12 Batalhão da Polícia Militar de Balneário Camboriú. Ele já está acompanhando operações na região desde a semana passada. A transmissão de cargo, porém, está marcada para 27 de fevereiro, quando tomará posse. Ele não somente dará continuidade àquilo que estava sendo feito na região, como poderá fazer muito mais e não faltará apoio nesta Casa e, em especial, da minha pessoa para que ele possa se sobressair e corresponder aos anseios populares na questão da segurança na região Amfri, da minha região.

(Passa a ler.)

“Há poucos dias foi lançado pela Polícia Militar a campanha Segurança, Cidadania e Paz. O objetivo é aumentar a sensação de segurança no ambiente escolar, como também aproximar a corporação da comunidade.”

Eu me referi, na semana passada, depois que lançaram essa campanha, a uma escola de Camboriú que foi depredada, lamentavelmente, por jovens, adolescentes, da própria comunidade onde está instalada a escola. E agora, por esses dias, sábado, sexta, domingo ou terça, mas hoje os professores se depararam com o caso lastimável e triste, porque uma das escolas de Balneário Camboriú, Centro Educacional Municipal Jardim late Clube, foi arrombada e depredada. Os criminosos furtaram equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, além de alimentos, quebraram vidros e picharam a instituição.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é perito em segurança, essas pessoas não vislumbraram o prejuízo que a sociedade vai sofrer com isso e que pessoas ligadas a eles também serão prejudicados, futuramente, por falta de um ambiente escolar em condições para servir à educação dos alunos.

Faço esse lembrete, aqui, porque depois de lançarem a campanha duas escolas da região sofreram esses vandalismos. Parece uma afronta ao projeto. A Polícia Militar lança uma campanha e após o lançamento duas escolas são depredadas. Acho que é uma afronta, um desrespeito com os projetos que são feitos para a sociedade e até uma própria afronta com a nossa querida Polícia Militar.

Eu ia fazer um pronunciamento, hoje, também sobre um caso que ocorreu em Bombinhas, acredito, por um policial despreparado, que poderia ter provocado certa reação popular se não melhorasse a forma de conversar com as pessoas. Todo policial deve orientar a população e não partir para o confronto. Mas graça a Deus depois tudo se acalmou e nada de mais aconteceu.

Eu estava conversando com alguns companheiros há pouco e volto a esta tribuna para falar sobre o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, da região da Amfri, porque todas às vezes que eu tiver a oportunidade vou me referir ou lembrar o governo desse compromisso sobre o Centro de Eventos que vai atender Santa Catarina, porque não é apenas uma obra prioritária para aquela região, é para todo o estado. Em pouco tempo eu licitei o projeto e demoli grande parte dos equipamentos que lá estavam, era somente dar continuidade. Infelizmente, passaram-se quatro anos e diversos secretários passaram por ali, inclusive, o atual prefeito de Florianópolis foi lá e disse que sairia. Também teve um deputado federal que foi lá e fez uma pregação, dizendo que sairia a obra. Não quero mencionar o seu nome, porque ele não está presente para se defender, assim não cometer injustiça. Mas outros secretários foram lá e o próprio governador disse: “A obra vai iniciar.” Recentemente, aqui, o governador falou dessa obra. Nós vamos ficar batendo nessa tecla, porque o governo federal disponibilizou R\$ 50 milhões, então tem que iniciar a obra.

Um colega deputado me perguntava: Mas Pavan, por que você não fez quando era governador? Se eu tivesse os quatro anos que o Raimundo Colombo já teve eu já tinha inaugurado. Nós em nove meses conseguimos fazer aquilo que estava ao nosso alcance e em período eleitoral.

Eu não estou fazendo, aqui, críticas ao secretário de Turismo, inclusive quero conversar com ele. Nós estamos fazendo críticas à situação. Tenho certeza absoluta de que o Filipe Mello, secretário de Turismo, quer fazer e está imbuído para que seja feito, mas é preciso que saia do papel. Eu assim como teço algumas críticas ao governo, críticas não por criticar, mas para trocar ideias.

Hoje, quero fazer um elogio ao governador, porque um dos seus secretários, deputado Carlos Chiodini, que assumiu recentemente, já implantou um sistema de controle de gastos, reduzindo os gastos em 31% de custeio. Então, assim como cobramos alguma coisa, também usamos a tribuna para elogiar quando for necessário, como nesse caso.

Eu ouvi as palavras do deputado Darci de Matos, nosso deputado estadual e também do deputado Maurício Eskudlark, que falaram sobre a política nacional. Queria apenas fazer um resumo. Todos se recordam que quando aconteceu a crise internacional, e hoje diz que a culpa é da crise internacional. Lembram que o Lula dizia que era uma marolinha, que aquela crise não afetaria o Brasil. Dizia que estávamos preparados para isso. Agora, estão falando que a culpa é

daquele período. Ora! Diziam que tinham assumido há 12 anos uma herança maldita. Será que a herança da Dilma não é herança maldita do Lula? Por que depois de oito anos, e a Dilma já governou quatro, e não conseguem sair do chão? Antes o Lula falava do Fernando Henrique Cardoso e agora estão usando o passado como discurso.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Quanto ao projeto do Centro de Convenções de Balneário Camboriú quero lhe dizer que estive com o secretário Filipe Mello e todo o projeto foi reformulado, aprovado e aquela obra vai sair. Já houve aprovação por parte da Caixa Econômica, através de seus técnicos e, certamente, aquela obra será executada pelo governo do estado, um projeto que iniciou com v.exa., que será concretizado e aquela comunidade vai ser premiada com mais uma obra do governo Raimundo Colombo.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - É a torcida de todos os catarinenses.

Para encerrar, sr. presidente, existem temas que são importantes. Aqui, foi levantada, por parlamentares do PT, uma questão sobre um projeto quase no desespero, já não falam mais em pistas, hoje, já falam nas desculpas, estão achando culpados do porquê de tantos e tantos problemas e por que o governo da Dilma não deslança. Está na hora de eles fazerem o *mea culpa*, reconhecerem que tudo que pregaram foi por água abaixo. A ética e a moralidade desmoronaram. Eles precisam reconhecer. É bonito reconhecer como nós reconhecemos as falhas que o PSDB teve no passado, mas continuar achando culpado seria talvez uma injustiça com aqueles, até com o PMDB, que hoje está ajudando o governo, com a vice-presidência da República.

Vamos trabalhar juntos para termos um Brasil melhor para todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para manhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005, de 16 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXCLUIR, a pedido, do Ato da Presidência nº 016, de 23 de outubro de 2014, o servidor **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições RECONSTITUI o Fórum Parlamentar do Esporte, integrado pelos Senhores Deputados Neodi Saretta, Mario Marcondes, Natalino Lázare, Cesar Valduga, Ismael dos Santos, Maurício Eskudlark e Ana Paula Lima, visando ações de acompanhamento e propostas para melhoria do esporte em Santa Catarina, para o fortalecimento do esporte como instrumento de inclusão social.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 16 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de março de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Kennedy Nunes e Rodrigo Minotto. O Deputado Patricio Destro justificou sua ausência mediante ofício nº 046/2015. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 2ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Rodrigo Minotto** relatou o PL./0320.3/2011, que institui o programa condomínio seguro e adota outras providências, seu parecer foi pela rejeição da matéria, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete aos Deputados: Kennedy Nunes e Dirceu Dresch. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0469.1/2013, que institui o programa pedagógico no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto à Secretaria de Estado da Fazenda, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Presidente, Deputado Marcos Vieira**, relatou o PLC/0006.2/2015, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0038.4/2013, que dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino e adota outras providências, seu parecer foi pela rejeição da matéria, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete aos Deputados: Rodrigo Minotto, Gean Loureiro, Dirceu Dresch e José Milton Scheffer. Com exceção do Deputado José Milton Scheffer, que se manifestou verbalmente contrário ao parecer do **Deputado Darci de Matos** ao OF/0222.9/2011, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2010, os demais Deputados não se manifestaram, concordando com o parecer favorável do relator, que posto em votação foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada

por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dezoito de março de dois mil e quinze.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 1ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Às treze horas do dia quinze de abril de dois mil e quinze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado João Amin, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: João Amin, Darci de Matos, Cleiton Salvaro e Manoel Mota. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos, cumprimentando a todos e agradecendo pela presença. Ato contínuo apresentou pedido de audiência pública de sua proposição, salientando que no período da manhã, nesta data, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, realizou nesta casa legislativa, reunião com a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina e diversas entidades representativas da sociedade para discutir a demarcação dos terrenos de marinha. Na ocasião, ficou demonstrado que existem diversas técnicas de se fazer a demarcação da Linha Preamar Média do ano de 1831, e sobretudo a existência de profunda controvérsia sobre a matéria, ensejando a realização de audiência pública, para discutir-se de forma mais apropriada sobre o tema. Num primeiro momento, tem-se a estimativa que a demarcação em curso impactará em 30.000 (trinta mil) famílias na Cidade de Florianópolis, e em número ainda não estimado em todo o Estado de Santa Catarina. Assim, entendendo estar evidenciado a importância de discutirmos o tema, encaminhei o pedido à Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, para que tome as providências cabíveis, para realização de audiência pública, no próximo dia 06 (seis) de Maio de 2015, às 19:30 horas, cujo pleito espero receber o apoio e aprovação dos senhores deputados. Submeteu então o assunto à apreciação dos deputados presentes, cuja aprovação foi realizada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, quinze de abril de dois mil e quinze.

Deputado **João Amin**

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1129/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 001/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.200 DOSES DE VACINA CONTRA GRIPE, MONODOSE (DOSE INDIVIDUAL), TRIVALENTE, SERINGA PREENCHIDA.

Vencedora: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 43.200,00
Florianópolis, 17 de abril de 2015

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO
*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO**DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.317, DE 16 DE ABRIL DE 2015**

Concede licença ao Vice-Governador do Estado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos dos arts. 61, inciso III, alíneas "b" e "c" e 186, inciso VI, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida licença ao Vice-Governador do Estado de Santa Catarina para interromper o exercício de suas funções, durante o período de 17 de abril a 17 de maio de 2015, sem ônus para o erário, em razão de viagem com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, nos termos do art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c", da Constituição do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**
Presidente
*** X X X ***

EXTRATO**RERRATIFICAÇÃO**

Diante de lapso de publicação ao Extrato nº 038/2015, publicado dia 09/04/2015 no Diário da Assembleia nº 6.809, página 14, **onde se lê** "vigência entre 01/04/2015 e 31/1/2015", **leia-se:** "vigência entre 01/04/2015 e 31/12/2015".

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

Diretor Administrativo- Fabricio José Satiro de Oliveira
Diretor-Geral- Carlos Alberto de Lima Souza
*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 037/15**

Blumenau, 01 de abril de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

Tatiana Regina Lenzi Alvise
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 038/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Meleiro, referente ao exercício de 2014.

Patrocínio Rosso Peruchi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 039/15

Chapecó, 15 de Fevereiro de 2015

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó, referente ao exercício de 2014.

Tanis Mara Zulian Legal
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 040/15

Araquari, 06 de abril de 2015.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth, de Araquari, referente ao exercício de 2014.

Gilberto Bigliazzi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 041/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Voluntárias do Hospital Municipal São José, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Rosemari da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 042/15

Ofício nº 035/APAE/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara (APAE), referente ao exercício de 2014.

Cristina Bitencourt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 043/15

Ofício nº 25/2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Timbé do Sul, referente ao exercício de 2014.

Joselia Scot Pezente
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 044/15

Ofício DIR nº 065/2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Agrolândia, referente ao exercício de 2014.

Evair Sievers
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 045/15

Ofício APAE/SJC nº 047/2015

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Guarujá do Sul, referente ao exercício de 2014.

Geni Balbinot
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 046/15

Ofício nº 016/2015

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Seara, referente ao exercício de 2014.

Alzira Luiza Comin Canossa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 047/15

Ofício nº 015/2015 Balneário Camboriú, 01 de abril de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos (AFADEFI), de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2014.

Evandro Prezzi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 048/15

Ofício nº 016/2015 Água Doce, 26 de março de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Nossa Senhora da Paz, de Água Doce, referente ao exercício de 2014.

Aloir Gonçalves da Conceição
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 049/15

OF/SA 018/2015 Otacílio Costa, 08 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2014.

Irene Ebel Garcia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 050/15

Ofício nº 19/2015 Campo Erê, 30 de Março de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Campo Erê, referente ao exercício de 2014.

Adriano Marcio Pereira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 051/15

Of. 23/2015 Nova Veneza, 07 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Nova Veneza, referente ao exercício de 2014.

João Airto Nuernberg
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 052/15

Of. nº 024/2015-APAE Forquilha, 01 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Forquilha (APAE), referente ao exercício de 2014.

Rogério Braz Feller
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 053/15

Ofício: 03/2015 Joinville, 01 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Floresta Futebol Clube, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Julio César Vieira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 054/15

Ofício: 04/2015 Joinville, 06 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Banco de Olhos, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Julio César Vieira
Gestor Administrativo

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 055/15

Ofício nº 06/15 Itá, 07 de abril de 2015.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itá, referente ao exercício de 2014.

Adelton Luís Mocelin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 056/15

Ofício 07/2015 Joinville, 10 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corville de Atletismo, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Gilberto Koball
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 057/15

Ofício 010/2015 Tunápolis, 01 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunápolis, referente ao exercício de 2014.

Marino J Frey
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 058/15

Ofício nº 12/15 Campo Alegre, 07 de abril de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre (APAE), referente ao exercício de 2014.

Elisabeth Kesting
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 059/15

Ofício nº 010/2015 Joinville, 31 de março de 2015.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Educacional Conde Modesto Leal, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Valdomiro José Campana
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 060/15

Of. UEB-SC Nº 036/15 Florianópolis, 09 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da União dos Escoteiros do Brasil, em Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Nadir Antônio Mussio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 061/15

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia (APAE), referente ao exercício de 2014.

Darci Rodrigues da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 062/15

Ofício nº 05/2015 Jacinto Machado, 10 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2014.

Édio Sartor
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 063/15

Ofício nº 0026/2015 Siderópolis, 10 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Siderópolis, referente ao exercício de 2014.

Jucélia Longo Scaini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 064/15

Ofício nº 073/2015 Timbó, 13 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, referente ao exercício de 2014.

Rogério Medeiros Sperb
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/15

Ofício 005/2015 Joinville (SC), 2 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo Escoteiro Ronaldo Dutra, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Rafael Bernardo Silveira
Diretor Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/15

Ofício circular nº.18.15 Caçador, 13 de abril de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos de Surdos, de Caçador, referente ao exercício de 2014.

Angélica Turbay Palodeto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/15

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0112/2015**

Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar especial para alunos com restrições alimentares, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É obrigatório o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A alimentação especial de que trata esta Lei deve ser prescrita por meio de receituário médico e supervisionada por nutricionistas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente
Sessão de 16/04/15

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa proteger a saúde dos alunos que apresentem restrições alimentares em função de patologias.

Alunos diabéticos, obesos, celíacos, hipertensos, por exemplo, podem ter a saúde comprometida em face da alimentação e, nesse sentido, a adequação dos cardápios, conforme a faixa etária e características da patologia, são fundamentais para qualidade de vida do educando, seu aprendizado e preservação de sua saúde.

A nossa proposta não visa atribuir nenhuma função às escolas e sim construir uma orientação clara para adaptação dos cardápios da merenda escolar, de acordo com as necessidades dos alunos, quando diagnosticada alguma restrição alimentar em função de patologia.

A iniciativa é no sentido de que o Estado tenha uma Política Pública que traduza essa preocupação, e que sejam definidos os meios de sua efetivação, por ocasião da regulamentação da presente Lei.

Nesse contexto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação do Projeto de Lei em tela.

Deputado Natalino Lázare

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 113.9/15

Altera a Lei nº 15.243, de 2010, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, e dá outras providências", para incluir os imóveis residenciais.

Art. 1º A ementa e os arts. 1º, 2º e 4º da Lei nº 15.243, de 29 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de proprietários de imóveis residenciais, ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadouros para *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, e dá outras providências.

Art. 1º Os proprietários e/ou locatários de imóveis residenciais, bem como os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais, em especial, os ferros-velhos, as empresas de transporte de cargas, as lojas de materiais de construção, as borracharias, as recauchutadoras e afins, localizados do Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a adotar medidas de controle que visem a evitar a existência de criadouros para o *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. (NR)

Art. 2º Os responsáveis pelos imóveis residenciais e estabelecimentos comerciais referidos no art. 1º ficam obrigados a realizar a cobertura e a proteção adequada de pneus novos, velhos, recauchutados, peças, sucatas, carcaças e garrafas, bem como qualquer outro material que se encontre na área de suas instalações, evitando a exposição direta às precipitações atmosféricas. (NR)

Art. 4º Os infratores desta Lei serão punidos com as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente em caso de reincidência:

I - proprietários de imóveis residenciais:

- advertência; e
- multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais); e

II - estabelecimentos comerciais:

- advertência;
- interdição para cumprimento das recomendações sanitárias;

c) suspensão temporária da autorização de funcionamento, por 30 (trinta) dias; e

- cassação da autorização de funcionamento.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Patrício Destro

Lido no Expediente
Sessão de 16/04/15

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa estimular a mobilização das pessoas, de maneira a criar-se uma maior responsabilização de cada cidadão e de proprietários de imóveis na manutenção de seu ambiente doméstico livre de potenciais criadouros do vetor do mosquito transmissor da dengue.

A inclusão dos imóveis residenciais na legislação já existente no Estado de Santa Catarina, além de propiciar o fortalecimento da vigilância epidemiológica e entomológica, para ampliar a capacidade de predição e de detecção precoce de surtos da doença, dará à Administração Superior o dispositivo legal positivo para a ação efetiva no combate à dengue em todos os seguimentos da sociedade catarinense.

Em nosso País, as condições socioambientais favoráveis à expansão do *aedes aegypti* possibilitaram o avanço da doença, desde sua reintrodução, em 1976, e os métodos tradicionais de controle não têm se mostrado eficazes. Logo, a medida proposta, certamente, contribuirá para a ampliação da fiscalização e ação do ente estadual no combate desse problema de saúde pública.

Finalmente, pelos motivos acima, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Patrício Destro

*** X X X ***